

HABEAS CORPUS Nº 548.323 - BA (2019/0355609-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
IMPETRANTE : A B DOS S E OUTRO
ADVOGADOS : ALESSANDRO BRITO DOS SANTOS - BA019054
ISRAEL VASCONCELOS GUIMARAES NETO - BA054817
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : A B DOS S
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

1. Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Alessandro Brito dos Santos e outro em favor de A. B. dos S. em face do acórdão da 4ª Câmara Cível do TJBA, no julgamento do HC n. 8005944-65.2019.8.05.0000, assim ementado:

EMENTA. HABEAS CORPUS CÍVEL PREVENTIVO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. SALVO CONDUTO. LIQUIDEZ NA DECISÃO QUE DETERMINOU A PRISÃO CIVIL.

VALOR QUE SE ACRESCE A CADA MÊS. NÃO ACOLHIMENTO. HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. REVOGAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA.

- Em se tratando de pensão alimentícia pelo rito da prisão, a cada mês de inadimplência do executado, se acresce ao valor cobrado, independentemente de declaração expressa da parte exequente, por tratar-se de prestações de trato sucessivo, e enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, como é o caso, deixou de pagá-las ou consigná-las em sua integralidade.

- a alegada falta de Provas apresentadas nos autos serviram de base ao nobre julgador, não se verificando condições financeiras e econômicas do paciente.

- conhecido. Ordem denegada, com revogação da decisão monocrática de Id. n. 3109260.

(fls. 16-36)

Aduz que a exeqingressou com Ação de Execução de Alimentos em desfavor do Paciente, pelo rito do art. 733 do CPC, cobrando o valor de R\$ 1.924,08 (hum mil, novecentos e vinte e quatro reais e oito centavos), referente aos meses de agosto, setembro e outubro/2015, sendo a pensão alimentícia acordada no valor de plano de saúde, mensalidade escolar, livros e materiais didáticos, e mais 80,38% do salário mínimo".

Informa que "o Paciente foi citado no dia 21/03/2016, conseqüentemente no dia 31/03/2016, atendendo ao referido comando legal, ao tempo em que deposita o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), somado aos demais depósitos naquele período, liquidou/adimpliu o objeto da execução naquele momento, bem assim apresentou sua JUSTIFICATIVA – doc. 02, com farta prova documental, as quais comprovam a saciedade o cumprimento de toda assistência material a sua filha menor, Exequente na ação de

alimentos, conquanto, por oportuno cuida de demonstrar toda a alteração financeira ocorrida nos últimos anos, diminuição considerável da sua renda, perda de emprego, bem assim a constituição de uma nova família e o nascimento de mais duas filhas".

Instada a se manifestar, a exequente ficou-se inerte por 12 meses e, conseqüentemente, "nesse momento a ação de alimentos perdeu o caráter de verba alimentar, caráter de urgência, pelo fato, repito, da inércia da própria autora/exequente/alimentada".

Destaca que a exequente/agravada manifestou-se pela improcedência da justificativa, além de ter renovado "outra ação de execução no bojo da própria ação em andamento, e curiosamente indica uma vultosa quantia de R\$ 13.288,37 (treze mil, duzentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), requerendo a prisão civil do Agravante. Tudo isso sem qualquer ciência do Paciente/Executado, e sequer lhe foi concedido a oportunidade de apresentar justificativa, ampla defesa e contraditório". Posteriormente, indicou novo valor de débito, R\$ 17.710,54 e, depois, afirmou ser R\$ 23.049,86 e, quatro dias após, R\$ 25.354,85. O paciente, por sua vez, ingressou "com uma petição, fls. 116/120, isso no dia 01/02/2018, demonstrando a realidade fática, trazendo uma farta documentação, a qual dá a exata dimensão dos respectivos pagamentos efetuados".

Aponta diversos novos fatos nessa mesma perspectiva, sempre com a exequente peticionando e requerendo a elevação do valor devido, trazendo "informações que não condizem com a realidade".

Afirma que o Tribunal *a quo* "não levou em consideração e apreciação a farta documentação trazida pelo Paciente, demonstrando a saciedade o respectivo pagamento dos alimentos à sua filha menor, Alimentanda, conforme comprovantes de pagamentos de matrícula e mensalidade escolar, plano de saúde, livros e matérias didáticos, roupas e calçados, e depósitos de valores em espécie na conta bancária de titularidade da genitora da menor [...] nem tampouco foi observado a clara afronta aos arts. 485, incisos II e III e 803, inciso I, ambos do Código de Processo Civil".

Argumenta que a ordem de prisão "carece de liquidez, pois, sequer indica o valor devido, em total desacordo no disposto do art. 803, inc. I, do Código de Processo Civil".

Requer: i) a concessão da liminar e, no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus*; ii) subsidiariamente, que "esta Colenda Corte Superior, deve determinar o prosseguimento da referida ação de execução, pelo rito previsto no art. 523, do CPC, inclusive com os meios de expropriação ali previsto, e não o rito previsto no art. 528, do CPC, que prevê a prisão civil do Agravante, uma vez que perdeu o caráter alimentar, no momento em que a própria Exequente/Alimentanda ficou inerte ao longo de 12 (doze) meses, quando foi instada a se manifestar e não o fez a tempo e modo"; iii) "seja reduzido o prazo de prisão civil do Paciente, bem como seja convertida em prisão domiciliar, nos termos do art. 7º, inc. V, da Lei 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), haja vista a falta de Sala de Estado Maior naquela Urbe, conforme dispõe a legislação".

2. De plano, mostra-se incabível o presente *habeas corpus*, haja vista que pretenso a substituir recurso ordinário em *habeas corpus*, o que vem sendo repudiado pela

jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

À guisa de exemplo:

HABEAS CORPUS – JULGAMENTO POR TRIBUNAL SUPERIOR – IMPUGNAÇÃO. A teor do disposto no artigo 102, inciso II, alínea “a”, da Constituição Federal, contra decisão, proferida em processo revelador de habeas corpus, a implicar a não concessão da ordem, cabível é o recurso ordinário. Evolução quanto à admissibilidade do substitutivo do habeas corpus. PROCESSO-CRIME – DILIGÊNCIAS – INADEQUAÇÃO. Uma vez inexistente base para o implemento de diligências, cumpre ao Juízo, na condução do processo, indeferi-las. (HC 109956, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 07/08/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-178 DIVULG 10-09-2012 PUBLIC 11-09-2012)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. RECENTE ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CRIME CONTRA A VIDA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. PRECEDENTES.

1. Buscando dar efetividade às normas previstas no artigo 102, inciso II, alínea “a”, da Constituição Federal, e aos artigos 30 a 32, ambos da Lei nº 8.038/90, a mais recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus em substituição a recursos ordinários (apelação, agravo em execução, recurso especial), tampouco como sucedâneo de revisão criminal.

2. O Superior Tribunal de Justiça, alinhando-se à nova jurisprudência da Colenda Corte, passou também a restringir as hipóteses de cabimento do habeas corpus, não admitindo que o remédio constitucional seja utilizado em substituição do recurso cabível.

3. No caso concreto, a segregação cautelar do paciente visa assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que descumpriu medida alternativa estabelecida, de comparecer periodicamente em Juízo, e não foi localizado pelo Sr. Oficial de Justiça, de modo que se encontra em lugar incerto e não sabido.

4. Habeas corpus não conhecido, por ser substitutivo do recurso cabível. (HC 263.452/DF, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 22/03/2013)

3. E ainda que assim não seja, o acórdão coator denegou a ordem de habeas corpus, pelos seguintes fundamentos:

Inicialmente, consigno que o Habeas Corpus é a ação constitucional cabível para combater constrangimento ilegal na liberdade de locomoção, destacando-se pela sumariedade do seu trâmite e pela celeridade do seu rito, fatores estes que exigem pré-constituição probatória capaz de revelar, de plano, a coação hostilizada. No caso, o pagamento integral.

Observa-se que a ação de execução de alimentos, pelo rito que possibilita

prisão civil, movida contra o Paciente, foi protocolizada em 20/11/2015, alegando, em síntese, a exequente, a inadimplência em relação à pensão alimentícia em pecúnia, acordada no processo nº 0000278-57.2011.8.05.0274, no percentual equivalente a 80,38% do valor do salário mínimo, a ser pago todo dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária da genitora do menor.

O Paciente foi citado em 21/03/2016 (ID Num. 3529192 - Pág. 18).

A prisão foi decretada em 09 de janeiro de 2018, só vindo a ser expedido o respectivo Mandado, após despacho de 21 de março de 2019 (após dois meses).

CARÊNCIA DE LIQUIDEZ NA DECISÃO QUE DETERMINOU A PRISÃO DO ORA PACIENTE, PELA NÃO INDICAÇÃO DO VALOR DEVIDO.

Com base no mandado de prisão, percebe-se que a prisão foi decretada em virtude do não pagamento da pensão alimentícia, cujo montante do débito foi devidamente especificado - R\$ 1.924,08 (mil, novecentos e vinte e quatro reais e oito centavos), além das demais que se vencerem até a data do efetivo pagamento (cálculo de 20/11/2015) (ID 3529192 - Pág. 17).

Com efeito, a decisão que decretou sua prisão não carece de liquidez, visto que, em se tratando de pensão alimentícia, a cada mês de inadimplência do executado, acresce-se ao valor cobrado, por se tratar de prestações de trato sucessivo, enquanto durar a obrigação.

DA JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELO PACIENTE.

A dívida ainda não fora adimplida, observando-se, inclusive como destacado nas informações trazidas pelo Magistrado da causa, que o Paciente, em 31/03/2016, além do prazo processual de três dias, comprovou depósito de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), que não contemplava toda a dívida.

Assevera o Paciente o cumprimento de toda assistência material a sua filha menor, exequente, bem como a alteração financeira ocorrida nos últimos anos.

Releve-se, ainda, das cuidadosas informações enviadas pelo eminente Juiz a quo:

“[...] as alegações do executado/Paciente se baseavam em meias verdades, , porque, em relação primeiro às duas filhas, conforme documento de pág. 28, uma delas, qual seja, (26/10/2006), já era ACPDS nascida antes da exequente ter nascido, não podendo servir de desculpa, sob a alegação de aumento de ; , porque, a dívida cobrada refere-se ao período de despesa por conta de nascimento de nova filha segundo agosto de 2015 em diante, enquanto que a cópia da declaração de imposto de renda que juntou às págs.

26/33, dando conta que a sua renda mensal, em média, seria de R\$ 2.854,16, equivale ao ano de 2014, não logrando, assim, comprovar, a sua renda no período cobrado e também nos períodos posteriores; , terceiro porque, a assistência material que o executado/Paciente diz prestar à exequente, diz respeito apenas às outras obrigações assumidas, como o plano de saúde, matrícula e mensalidade escolar e livros didáticos, esquecendo-se ele, apesar de comprovar depósitos na conta da genitora da exequente (R\$500,00, em 06/08/2015; R\$250,00, em 24/09/2015;

R\$200,00, em 21/10/2015; e R\$1.500,00, em 31/03/2016), respectivamente, às págs. 34, 36, 41 e 51, que tais valores são inferiores ao valor acordado mensalmente, não podendo ele, ao seu alvedrio, depositar, quando quiser e quanto acha que deve, importância diferente da que se obrigou, não podendo ser esquecido que o valor em pecúnia tem a ver com a subsistência alimentar básica da exequente, consubstanciando-se, literalmente, em comida, foi-lhe decretada a prisão, em 11/01/2018, porém, lhe sendo oportunizado um prazo para efetuar o pagamento da dívida remanescente (págs. 100/102). [...]” (omitido o nome da menor).

Desta forma, também neste ponto, não acolhe razão ao Paciente, posto que, compulsando-se os autos, houve impugnação dos fatos pela Exequente (fls. 54/58 – Execução de Alimentos), e o mesmo não demonstrou a impossibilidade absoluta de efetuar os pagamentos.

A discussão sobre o insucesso nos negócios, créditos não recebidos, dificuldades econômicas, desemprego, são matérias afeitas à ação revisional.

Depreende-se daí que as provas apresentadas nos autos serviram de base ao insigne Julgador, não se verificando a alegada falta de condições financeiras e econômicas do Paciente.

Continuando a compulsar os autos, verifica-se também que, instado a se manifestar, o Ministério Público o fez, contrariamente, por mais duas vezes (fls. 194/195 e 314/316), de cujas razões se destaca:

“(…) Agora, veio o Executado novamente aos autos, às fls. 116/120, apresentando nova Justificativa (incabível no caso), em cuja peça praticamente repete os termos da petição anterior repelida por esse Juízo (..) Na sua 'primeira Justificativa', o Executado alegou dificuldades financeiras para adimplir integralmente sua obrigação alimentar. Acontece que, como bem frisado por meu colega às fls. 89, a excessividade do encargo deve ser alegada por meio da ação de própria, sob pena de delegar-se ao devedor definir, de forma unilateral, o valor dos alimentos, o que não é cabível.”.

Às fls. 314/316 dos mesmos autos de Execução de Alimentos, seguiu a representante do Ministério Público:

“(…) Em janeiro/2018, as Justificativas foram rechaçadas por V.Exa., sendo decretada a prisão civil do Executado (fls. 100/102), que até hoje não foi levada a efeito porque o Executado, de forma protelatória, atravessa petição atrás de petição, sempre alegando que vem cumprindo a obrigação alimentar e que somente um valor bastante pequeno compõe a sua dívida. Não bastasse isso, pretende abater do quantum devido os valores pagos do plano de saúde e mensalidades escolares da Alimentanda, quando tais parcelas são autônomas, acrescidas ao percentual mensal de 80,38% do salário mínimo que deve mensalmente.

Instada a se manifestar nos autos mais uma vez, esta Promotora, em 15.02.2018, às fls. 194/195, após analisar as petições apresentadas pelo Executado, bisou o parecer de fls. 89, pugnano pela manutenção da decisão de fls. 100/102. Às fls. 207 foi reiterada a manifestação ministerial.

Novas petições do Executado às fls. 199/201, 213/215 e 255/258 e da Exequente às fls. 202/204, 208/209, 216, 217/218, 221/223, 227/228,

245/246, 253/254, 303/306, 309/312, pleiteando o prosseguimento do feito, rebatendo as alegações repetitivas do Executado e apresentando planilhas atualizadas do débito alimentar, sempre com abatimento das parcelas quitadas por ele.

Acho que agora chega! Não se pode mais aceitar tantas petições nos autos, sempre reproduzindo as mesmas alegações. Pela última vez: as mensalidades escolares e o plano de saúde da Exequerente não estão sendo executadas (estão sendo devidamente quitadas), mas apenas as parcelas de 80,38% que o Executado deve pagar também.”.

Como visto, a pensão alimentícia ajustada entre o Executado e a genitora de sua filha engloba, além do pagamento do plano de saúde, matrícula, mensalidade e material escolar, a quantia de 80,38% do salário mínimo. E, é esse valor que vem sendo exigido.

Ante o exposto, à luz das considerações expendidas, uma vez que ainda persiste o seu débito alimentar para com a exequerente, referente ao processo em epígrafe, denego a ordem de habeas corpus buscada, revogando a decisão monocrática de Id. n. 3130167, reativando os efeitos do comando exarado pelo Juízo a quo, que determinou o imediato cumprimento da ordem prisional nos autos da Ação de Execução de Alimentos nº 0806146-41.2015.8.05.0274.

Observe-se, que, no caso de eventual prisão, deve-se observar o pedido do Paciente, no que concerne ao cumprimento do art. 7º, V, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Como sabido, a concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.

4. Nesse passo, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que não configura constrangimento ilegal a prisão civil de devedor de alimentos, em ação de execução proposta pelo rito do art. 733 do CPC, visando ao recebimento das prestações alimentícias vencidas nos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e das que vencerem posteriormente (Súmula n. 309/STJ).

Na hipótese, conforme definido pelo acórdão de piso, o recorrente confirma seu inadimplemento alimentar e não fez prova do pagamento da pensão das parcelas vencidas no curso da demanda.

Embora seja relevante a alegação de que o recorrente vem pagando parcialmente a pensão alimentícia, corroborado pelo voto vista do acórdão supostamente coator – “conquanto se denote dos documentos adunados aos autos a comprovação de que o paciente honra com as obrigações referentes ao pagamento do plano de saúde e demais despesas escolares da alimentanda (fls. 259/301), o mesmo não se pode dizer do pagamento da prestação pecuniária pactuada, na medida em que foram comprovados esporádicos depósitos na conta da genitora, em datas completamente aleatórias e, em sua maioria, em valor inferior ao acordado, a exemplo daqueles constantes dos documentos de fls. 34, 36, e 41” (fl. 30) –, tal aspecto não o exime de sua obrigação alimentar e nem impede a decretação da prisão (RHC 35.637/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA

TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 16/04/2013).

Portanto, certo é que o recorrente não faz prova do pagamento de todas as prestações relativas ao débito alimentar, sendo sabido que o *habeas corpus* não comporta dilação probatória, somente admitindo provas pré-constituídas.

5. Ademais, é firme o entendimento do STJ no sentido de que a sede própria para examinar aspectos probatórios em torno da capacidade financeira do paciente é a execução de alimentos, onde se encontram os elementos fáticos necessários para que se decida acerca da possibilidade que detém ou não o paciente para o cumprimento integral ou parcial de sua obrigação, podendo, aí sim, avaliar se o descumprimento constitui ato involuntário e escusável.

No presente caso, não é possível examinar a falta de condições do recorrente para adimplir com a totalidade dos alimentos devidos, haja vista a cognição sumária do *habeas corpus*.

Não se pode olvidar, ademais, as conclusões do acórdão do TJ local:

Releve-se, ainda, das cuidadosas informações enviadas pelo eminente Juiz a quo:

“[...] as alegações do executado/Paciente se baseavam em meias verdades, , porque, em relação primeiro às duas filhas, conforme documento de pág. 28, uma delas, qual seja, (26/10/2006), já era ACPDS nascida antes da exequente ter nascido, não podendo servir de desculpa, sob a alegação de aumento de ; , porque, a dívida cobrada refere-se ao período de despesa por conta de nascimento de nova filha segundo agosto de 2015 em diante, enquanto que a cópia da declaração de imposto de renda que juntou às págs.

26/33, dando conta que a sua renda mensal, em média, seria de R\$ 2.854,16, equivale ao ano de 2014, não logrando, assim, comprovar, a sua renda no período cobrado e também nos períodos posteriores; , terceiro porque, a assistência material que o executado/Paciente diz prestar à exequente, diz respeito apenas às outras obrigações assumidas, como o plano de saúde, matrícula e mensalidade escolar e livros didáticos, esquecendo-se ele, apesar de comprovar depósitos na conta da genitora da exequente (R\$500,00, em 06/08/2015; R\$250,00, em 24/09/2015; R\$200,00, em 21/10/2015; e R\$1.500,00, em 31/03/2016), respectivamente, às págs. 34, 36, 41 e 51, que tais valores são inferiores ao valor acordado mensalmente, não podendo ele, ao seu alvedrio, depositar, quando quiser e quanto acha que deve, importância diferente da que se obrigou, não podendo ser esquecido que o valor em pecúnia tem a ver com a subsistência alimentar básica da exequente, consubstanciando-se, literalmente, em comida, foi lhe decretada a prisão, em 11 /01/2018, porém, lhe sendo oportunizado um prazo para efetuar o pagamento da dívida remanescente (págs. 100/102). [...]” (omitido o nome da menor).

Desta forma, também neste ponto, não acolhe razão ao Paciente, posto que, compulsando-se os autos, houve impugnação dos fatos pela Exequente (fls. 54/58 – Execução de Alimentos), e o mesmo não demonstrou a impossibilidade absoluta de efetuar os pagamentos.

Superior Tribunal de Justiça

A discussão sobre o insucesso nos negócios, créditos não recebidos, dificuldades econômicas, desemprego, são matérias afeitas a ação revisional.

Depreende-se daí que as provas apresentadas nos autos serviram de base ao insigne Julgador, não se verificando a alegada falta de condições financeiras e econômicas do Paciente.

(fl.21)

6. É de se ter que, embora seja relevante a alegação do impetrante de que está enfrentando dificuldades, tendo inclusive ajuizado ação revisional, tal aspecto por si só não exime o paciente da obrigação alimentar e nem impede a decretação da prisão.

Assim, em sede de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento de salvo contudo em caráter liminar, haja vista que o constrangimento não se revela de plano, fazendo-se necessária uma análise mais detalhada dos elementos de convicção trazidos aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento do mérito.

7. Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada coatora.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator